



SEÇÃO: VARIA

## Judith Butler: um formidável “erro” de tradução (segunda parte)<sup>1</sup>

*Judith Butler: un formidable “error” de traducción (segunda parte)*

*Judith Butler: a formidable translation “mistake” (second part)*

**Jerônimo De Camargo Milone<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-1573-4213](https://orcid.org/0000-0002-1573-4213)  
[jeronimomilone@gmail.com](mailto:jeronimomilone@gmail.com)

**Recebido em:** 21/07/2020

**Aprovado em:** 31/07/2020

**Publicado em:** 12/01/2021

**Resumo:** O presente artigo debruça-se sobre a tradução argentina do livro *Who Sings the Nation-State?* de Butler e Spivak. Colocando em questão a relação entre tradução e hino nacional para sublinhar o possível nacionalismo atinente a determinadas manifestações políticas, esse mesmo livro, não obstante a sua própria advertência sobre a necessidade de *incli-nação* para cantar o hino, “erra” a grafia de “Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido” ao citá-lo. Entretanto, será esse o caso de um “erro” deliberado, de uma contradição performativa? Com que *incli-nação* Butler terá citado essa canção? E o que poderia significar o fato de que, havendo suspeita de nacionalismo de um lado, de outro parece não haver, pois o tradutor da edição argentina “corrige” esses erros e, ao mesmo tempo, testemunha, em nota de rodapé, que estão “En español en el original”? Analisando esses impasses da tradução, o artigo pretende indicar a contundência política que há na tarefa do tradutor e nas formas com que a literatura infringe as gramáticas.

**Palavras-chave:** Políticas da tradução. Judith Butler. Nacionalismo. Responsabilidade.

**Resumen:** En el presente artículo se analiza la traducción argentina del libro *Who Sings the Nation-State?* de Butler y Spivak. Poniendo en cuestión la relación entre traducción e himno nacional para subrayar el posible nacionalismo relacionado a determinadas manifestaciones políticas, ese mismo libro, no obstante su propia advertencia sobre la necesidad de *incli-nación* para cantar el himno, comete un “error” en la grafía de “Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido” al citarlo. Sin embargo, ¿puede tratarse de un “error” deliberado, una contradicción performativa? ¿Con que *incli-nación* Butler habrá citado esa canción? ¿Y qué podría significar el hecho de que, existiendo sospecha de nacionalismo de una parte, de la otra parece no haberla, puesto que el traductor de la edición argentina “corrige” esos errores y, al mismo tiempo, da fe de que en la nota al pie de la página las citas están “En español en el original”? Analizando esos impasses de la traducción, el artículo intenta indicar la contundencia política existente en la tarea del traductor y en las formas en las que la literatura infringe las gramáticas.

**Palabras clave:** Políticas de la traducción. Judith Butler. Nacionalismo. Responsabilidad.

**Abstract:** This article analyzes the Argentinean translation of the book *Who Sings the Nation-State?*, by Butler and Spivak, a book that examines the relationship between translation and national anthem, so as to suggest the possibility of nationalism related to specific political manifestations. Despite its own insistence on the necessity of an *incli-nation* to sing the anthem, however, in the English original edition commits a “mistake” in the transcription of “Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido”. But what if this were no simple accident, but an intended “mistake”, a performative contradiction? With what *incli-nation*, that is, might Butler have quoted this song? And what meaning can be ascribed to the fact that, while we might, on the one hand, suspect the political manifestations described by the book to be a form of nationalism, on the other hand, this seems not to be the



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

<sup>1</sup> A primeira parte desse artigo foi publicada no número precedente da revista *Veritas*, sendo essa a segunda parte. Vale indicar que esse texto foi elaborado a partir de algumas reflexões preliminares acerca desse mesmo acontecimento literário que abordamos aqui, já na tese de doutorado do autor, *L'infini, le sexe et la mort*.

<sup>2</sup> École Normale Supérieure de Paris (ENS), Paris, França.

case, since the Argentinean translation "corrects" these mistakes and, at the same time, testifies, in a footnote, that the quotations are "En español en el original"? By analyzing these dead ends of translation, this article aims to indicate the political consequences of the task of the translator, and the ways in which literature transgresses grammar.

**Keywords:** Politics of Translation. Judith Butler. Nationalism. Responsibility.

*"Posados en tu sangre, igual que yo,/ los pájaros de la revolución,/ esperan que nos digas cómo son/ la letra y la tonada de tu fe./ América, parime bien./ América, gritame bien./ Y América, cantame en español."*

(Amelita Baltar; Astor Piazzolla)<sup>3</sup>

*"Nubarrón tras nubarrón cubre el sol de la esperanza/  
Con promesas que no alcanzan, con realidad que no llega/  
Con manos que se refriegan y otras que nunca descansan/  
Nubarrón tras nubarrón que se convierte en pedrada/  
Sobre la melga sembrada de sueños y de ilusiones/  
Mientras crecen las pasiones proletarias y olvidadas/  
Nubarrón tras nubarrón llovedoras de cinismo/  
Reliquias de un feudalismo ramificadas en leyes/  
Reyes que no quieren reyes pero que reinan lo mismo/  
Catedráticas mortajas que levantan sus banderas/  
En espera de otra espera que revalide su enjambre/  
Mientras el pueblo con hambre ni se ignora ni se entera"*

(José Larralde)<sup>4</sup>

#### 4 Traduzir: entre a censura e a mentira

Vejamos, então, com os tradutores. A afirmação de Nietzsche, familiar a tantos que indagam a tradução e a intradutibilidade, encontra sua pertinência junto a esse fato que abordamos. Ou seja, dentre as *incontáveis* hipóteses de tradução e de escolhas possíveis acerca do *sentido*, o tradutor *conta*, o tradutor tem de *contar* (inclusive aquilo que é *incontável*), ele precisa, ao traduzir uma obra, dar fé daquilo que está testemunhando para o leitor-alvo que, incapaz de ir até "Fifth Avenue" (ou de ler em inglês), precisa *confiar* no que lhe diz o tradutor e *na maneira com que ele o*

*diz*. Traduza ele "Fifth Avenue" por Quinta Avenida, por 9 de Julio ou, em absoluto, abstenha-se de traduzir, precisamente a fim de *comunicar* "Fifth Avenue", essa coisa supostamente intraduzível, única e singular – esse *corpo próprio*. A afirmação de Nietzsche, portanto, acerca da possibilidade de se julgar uma época a partir da forma com que traduz, provém do fato de que a tradução implica, sempre, que o sentido seja presumido, decidido e, assim sendo, instaurado (de modo performático, talvez).

Desse modo, ao não sermos capazes, nós, os leitores de *Who sings the Nation-State?*, de decidir acerca do significado daquilo que estamos lendo, se é um "erro" ou um erro, essa indiscernibilidade implica também, para aquele que traduz o livro, uma patente e absoluta decisão acerca de *como* ele vai contar (aquilo que é incontável), em qual "way" ele vai traduzir e a qual "*inclination*" ele irá ceder quando o eixo vertical do texto sofrer esse terremoto gramatical, se para a esquerda ou para a direita (a não ser que tudo nessa babel *desmorone* e já nasça enquanto ruína).

O leitor, portanto, encontra-se em situação parcial de imunidade ao ler esse livro (a não ser que seja ele o mais lesado), afinal, o leitor não é o tradutor, pois o leitor não está juridicamente engajado na circunstância de testemunhar acerca do que leu. Ele não engaja seu nome (e, portanto, seu corpo) juridicamente, enquanto alguém que conta e dá conta do que leu. O leitor é algo derradeiro e, assim sendo, nada há depois de consumada a sua leitura (em princípio). Já o tradutor, diferentemente, é *meio*, mediação, e é incondicional que depois da sua leitura haja algo. Quer dizer, um tradutor *precisa ter entendido o que leu* (ou, na falta disso, *performar* ter entendido o que leu). Ele precisa carregar o *sentido* do que leu, pois, entre outras coisas, ao afirmar-se enquanto tradutor, o tradutor afirma ter entendido o que leu e que é por isso, por entender, que traduz. Isto é, que *leva através*, de uma língua a outra.

Porém, como *entender* isso que estamos lendo nesse livro se já não podemos determinar, com

<sup>3</sup> BALTAR, Maria Amelita; PIAZZOLLA, Astor. La primera palabra. In: *La primera palabra/ No quiero otro*, 1972.

<sup>4</sup> LARRALDE, José. Allí donde alce mi rabia (parte 1). In: *Simplemente*, 1973.

razão suficiente, se se trata de um erro ou de um "erro" (deliberado)? O tradutor, assim, é mais e outra coisa do que um leitor, pois, ao traduzir, ele dá seu nome como garantia de fiabilidade daquilo que testemunha. Ele é, em mais de um sentido, responsável, inclusive em sentido jurídico.

O que, portanto, um tradutor leria em um livro no qual a contradição implicada na tradução é elevada ao cubo, sem que possamos chegar à raiz dessa errância disseminante a fim de decidir se a hipérbole em questão é um ato deliberado do autor ou *um simples erro insignificante, banal e menosprezável*? O que, diante de "Il [sic] pueblo unido jamás será [sic] vencido", decidiria um tradutor? Por qual responsabilidade esse tradutor decidiria *responder*? Poderíamos, com Nietzsche, julgar o *sentido histórico da nossa época* a partir da maneira com que traduzimos esse livro de Judith Butler?

Se há uma contradição no âmago da tradução "sofrida" pelo hino estadunidense, a qual não pode se resolver senão em uma muito enigmática "incli-nation", que vem salvar, no último momento, a imunidade desse hino, o que faria um tradutor dessa "tradução" (alteração ou alienação) "sofrida" por *El pueblo unido jamás será vencido*? Esse mesmo que, tão longe quanto possamos ver e transgredindo o estamento jurídico que nunca lhe reconheceu (bem como os seus respectivos exércitos, vale dizer), trata-se de um "hino" latino-americano. É possível *julgar* os envolvidos? Que responsabilidade teriam eles? Ou será que estamos condenados a *errar* de anistia em anistia?

Aliás, a responsabilidade, nesse caso, é do autor ou do tradutor? Quando *El pueblo* se torna *Il pueblo*, e *iguales* se torna *equales* (por suposição), a que povo estamos adjudicando a invencibilidade ou a união, ou seja, o fato de ser *United*? A quem é dado o direito de *união*, de ser *unido*? Seria esse o caso de uma citação cuja encenação, apesar de todas boas intenções (sempre por suposição que sejam boas), *faz sofrer*, a um corpo próprio, por exemplo, uma tradução? No sentido mesmo em que Butler diria que:

There are forms of citing and resignifying oppressive norms which are not necessarily theatrical; and though citation appears as an act of deference, it can be very aggressive and disconcerting.<sup>5</sup>

A norma, citada e ressignificada (isto é, o hino latino-americano) por Butler, ainda que seja teatral, performática, ainda que ela venha fazer, supostamente, deferência a um *povo errante* (um povo migrante e alheio à propriedade de uma terra), norma que se "reapropria" de um hino *nacional* que tem por condição uma *inclinação*, essa norma de não poder dizer (voluntariamente ou não) *El pueblo unido jamás será vencido* senão na sua aparente abjeção vocabular e gramatical, na sua monstruosidade (aliás) que, por isso mesmo, *mostra*: trata-se tudo isso de algo desconcertante e *aggressive*? Com que "way" devemos olhar isso? Com que olhos devemos ver? Ou teremos ficado cegos? Ou algum tradutor nos terá cegado?

Onde estabelecer as lindes, as fronteiras, as intraduzibilidades e intransponências, o *veto às migrações e às metáforas*, a fim de que saibamos o que é e o que não é? A que propósitos vem essa formidável "incli-nation"? Para o que ela se inclina, como ato de deferência, e diante de qual soberano, de qual língua soberana ou *materna*? Se a palavra *inclinação* se casa com *casamento*, contradizendo o interesse de um casamento por mero interesse (sem desejo, sem amor e, talvez, sem *heart*, e, talvez, sem *nation*), com que interesse alguém quereria casar o hino estadunidense com a língua espanhola e com que interesse alguém iria querer casar *El pueblo unido jamás será vencido* com essa contradição intestina ao livro *Who Sings the Nation-State?* de Judith Butler?

Entre tantas coisas díspares e imprevisíveis, para além de todos os pares tão frequentemente "compulsórios" e de todas as paridades estabelecidas pela força, que coisa tão ímpar e imparcial poderia ser algo que, nada mais nada menos, é simplesmente uma "*inclination*"? Que *valor de verdade* plenamente metafísico tem uma *inclinação* a ponto de ser critério de *verificação* do direito que tem esse ou aquele sujeito de cantar? Que

<sup>5</sup> BUTLER, Judith. The body you want: Liz Kotz Interviews Judith Butler. *Artforum international*, n. 3, (XXXI), p. 82-89, 1992. p. 89.

imunidade teria essa *inclinación* como se, sem mais tardar, soubéssemos, por alguma ênfase hipotética e presumida, que ela tem algo do desejo, como de um *desejo ele mesmo*, algo *sem fronteiras*, sendo, ao mesmo tempo, a fronteira de toda coisa, a saber, o amor (*the heart of the nation*)?

Talvez se possa cantar um hino em qualquer língua e, assim, dilacerar o *corpus* de *El pueblo unido jamás será vencido* com todas as petulâncias citacionais e abstrusidades glóticas, tudo isso sob a guarda de algum amor universal ou verdadeira *inclinación*. Mas e se esse amor precisasse ser jurado e só pudesse sê-lo em uma língua, *o que diríamos então? Inclinación, chissà. Inclinación*, quiçá menos. *Inclinación*, quem sabe?

Mas é porque já não há esperança (teórica, analítica ou prática) de saber o que Judith Butler quer dizer, nem a que se inclina o seu texto, que não há mais possibilidade de inteligibilidade que nos reste senão aquele paradigma nietzschiano. Isto é, se não podemos saber, em última instância, o que um autor quer dizer (e, em instância ordinária, o que ele *está dizendo*), só nos resta, portanto, medir as implicações e as reverberações do que diz a incógnita da sua fala a partir da maneira com que os tradutores dão testemunho do que ele diz. Dão fé acerca do fato de que tal autor diz isso e não aquilo. Uma coisa e não outra.

Havendo, portanto, uma tradução de *Who Sings the Nation-State?* para a língua espanhola, o que faria um tal tradutor ao não poder senão *presumir*, em um gesto sem caução e sem garantias, o que quer dizer a palavra "equales"? E o que faria esse tradutor se, sendo latino-americano, tivesse de traduzir o fato de o hino de uma hipotética Pátria Grande e latino-americana ser, a força de erros, "traduzido" e alterado com enjambres de francês, italiano e inglês? Para não dizer vilipendiado, corrompido e, quem sabe, deflorado e destituído do que lhe é próprio – afinal estamos falando apenas de *língua*.

Dito da maneira mais econômica possível: como traduzir para a nossa comunidade linguística um autor em língua estrangeira que cita a nossa língua com tantos erros gramaticais, e tão erroneamente que já nem podemos decidir se

o gesto é inconsciente (um erro) ou deliberado (um "erro"), se é uma língua ou outra? Ou uma nova língua ("equales")?

Ou seja: *como traduzir o erro gramatical?* Além disso, antes mesmo *desse* "erro" (ou erro), qualquer erro, em geral. Como traduzir um erro em seu sentido mais *genérico*? Como, uma vez que, ao que tudo indica, o erro é aquilo que, precisamente, excede toda generalidade? Mas, antes disso, como, simplesmente, tão somente saber que se trata de um erro, saber reconhecer que é um erro se, por definição, o erro é aquilo destituído de saber, de ser, de definição e é, portanto, a indefinição mesma, ou seja, aquilo que não pode ser sabido e acerca do qual não há saber? Não há nunca como saber se um erro é deliberado ou acidental, não importando de que *gênero* ele seja, porque não se sabe *o que é* um erro, o erro é *sem ser*, e, portanto, não há, sobre ele, saber. O que se sabe, apenas, é que um erro, às vezes contradizendo-a, às vezes não, sempre excede uma *generalidade* da norma. Assim sendo, ao menos em princípio, tudo quanto possa exceder a generalidade (o que significa dizer pelo mais de uma coisa), sistematicamente, é presumido como sendo *errado*.

Mas tomemos outros exemplos mais conhecidos. Como traduzir algum autor que erra gramaticalmente na sua própria língua, a sua própria língua? O que deveria um tradutor fazer? A partir de que ponto (ou seja, de que fronteira, seja ela nacional, gramatical, *genérica* ou em geral) sabemos que Céline, Joyce, Rosa, *erram deliberadamente*, de modo que não cabe ao tradutor corrigi-los, mas, antes disso, *testemunhar* esse erro enquanto erro, tanto quanto possível, ao traduzir? Quer dizer, carregar, transpor, o "erro" de uma língua a outra. Como traduzir esse *erro* se, afinal de contas, esse erro pode muito bem ser um "erro", isto é, uma contradição performativa, uma provocação deliberada e *autoral* ao pensamento? Erro esse que, nesse caso, não diz, e não significa, senão na margem gráfica que ele abre em relação à gramática normativa e genérica, seja essa exercida sobre a língua, sobre a literatura, ou sobre os corpos (a supor que haja diferença

entre língua e corpo).<sup>6</sup>

Havendo essa tradução, suponhamos, aquele *Who* no título de *Who Sings the Nation-State?*, ele seguiria sendo *o mesmo* ou seria *outro*? A crer em Nietzsche, que sentido histórico devemos adjudicar a nossa época se sabemos, pois é um fato, que essa obra de superlativa intradutibilidade – e, portanto, antes disso, ilegibilidade – foi traduzida?

Ainda é preciso ir ver com o tradutor. Pois é ele que está entre uma coisa e outra, de modo que a responsabilidade de decidir o que será levado de uma língua para a outra lhe compete. Sendo assim, façamo-lo: aquele que responde pela tradução em língua espanhola do texto *Who Sings the Nation-State?*, atende pelo nome (intraduzível, quiçá) de *Fermín Rodríguez*. E não poderemos retirar os acentos agudos desse nome, conquanto a gramática da língua portuguesa no-lo exija, pois seria traduzir um nome, algo que *não se traduz*. A não ser que paguemos o preço de não significar o que queremos significar, mas ocorre que aqui queremos dizer, e não outra coisa, *F. R.*

E já que falamos de acontecimentos, o que *acontece* nessa tradução? Bem, o leitor, se consultasse a tradução, novamente estaria diante de uma incógnita. Ou seja, tanto podemos dizer que tudo acontece como podemos dizer que, na verdade, nada acontece. A despeito da *inclinação* particular de cada um para decidir, se isso ou se aquilo, tão longe quanto possamos ver e ao que tudo *indica*, *El pueblo unido jamás será vencido*, na tradução intitulada *¿Quién le canta al estado-nación?*, aparece, simplesmente, da seguinte maneira: *"El pueblo unido jamás será vencido";*<sup>7</sup> Ao passo que, no "original", no livro assinando por Butler e Spivak, lê-se: *"Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido"*.

Ou seja, o *acontecimento* desse erro ou "erro", tenha sido, no original, isso ou aquilo, simplesmente não acontece na tradução, nem enquanto erro, nem enquanto "erro", de modo que tudo e nada, como se prefira, acontece. Depende, pode-

ria vir nos dizer Butler, da *inclinação*. O que, porém, acontece, é que, tendo sido, no original, erro ou "erro", a inobservância por parte do tradutor do erro (ou "erro") cometido por Butler redundou em um segundo erro de seu próprio punho.

E, por isso, cabe perguntar: será o caso de que exista, em tradução, um momento em que o tradutor, excedendo as suas competências, torna-se *corretor*? Mas cabe, ainda, perguntar mais: a ser esse o caso, haveria também algum momento em que, passando de tradutor a corretor, ele se tornasse simplesmente um *censor* (*traduttore, traditore...*)? Quando um tradutor censura um texto, ele o faz às custas de quem? O prejuízo produzido pela sua intervenção cabe ao autor ou ao leitor? Ou a ambos, quem sabe? Seria o caso de que erros de tradução causassem prejuízos a nações inteiras? E a continentes? A que ponto um *erro* termina ou cessa de *errar* a sua errância? Ou seria o erro aquilo que, excedendo toda forma, incontinente a toda forma (extrapolando todos os continentes ou até mesmo continentalizando-se), sendo formidável, é símbolo do imperecível desse *errar*?

Se lançamos duas hipóteses, acima, sobre a possibilidade de ser um "erro" (uma deliberada contradição performativa a fim de elevar ao quadrado a contradição em questão) ou um erro (uma desatenção, um equívoco, uma ignorância escusável, mas eventualmente significante), ocorre que *Fermin Rodríguez*, quiçá demonstrando o senso histórico que tem a nossa época (ratificando a afirmação de Nietzsche, portanto), *decidindo que se trata de uma coisa e não de outra* e responsabilizando-se enquanto tradutor, determinou que se trata, apenas, sem as aspas, de um *erro*.

Há um erro, apenas isso, parece indicar o tradutor, pois Judith Butler, ao dizer *"Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido"*, queria, *na verdade*, tinha em mente e no coração, era sua profunda e primeira *intenção*, seu *verdadeiro desejo*, dizer *El pueblo unido jamás será vencido*, que é como, de verdade, de fato e de direito, diz-se. Ocorre

<sup>6</sup> Sobre gênero e literatura, corpo e palavra, sobre *corpus*, dois textos fundamentais de Jacques Derrida parecem ser imprescindíveis: "La loi du genre", em *Parages* (1986) e *Genèses, généalogies, genres et le genie* (2003). À página 280 de "La loi du genre", Derrida afirma, por exemplo: "E não se nos proibirá de crer que entre essa mistura de gêneros enquanto loucura da diferença sexual e a mistura de gêneros literários haja alguma relação" (tradução nossa). Do original: "Et on ne nous interdirá pas de croire qu'entre ce mélange des genres comme folie de la différence sexuelle et le mélange de genres littéraire il y ait quelque rapport".

<sup>7</sup> Cf. BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *¿Quién le canta al estado-nación?*. Traducción de Fermin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009, p. 85.

apenas que, ao dizê-lo, ela pura e simplesmente (*espontaneamente*), sem aspas, errou. Um erro banal, estúpido, menosprezável, irrisório e, portanto, *insignificante*. Mas será mesmo *insignificante*? Como um erro poderia ser insignificante se, sendo o *querer dizer* correto e verdadeiro, o erro é, nem mais nem menos, *apenas* e tão somente esse signo? Como um signo poderia ser insignificante se ele nada é além *desse* signo que ele é?

Assim, portanto, podemos imaginar que o tradutor conclui: Butler errou, sim, mas a sua *verdadeira inclinação*, seu *verdadeiro desejo*, aquilo que *seu heart* pura e verdadeiramente intenciona, é cantar *El pueblo unido jamás será vencido* da forma correta, da forma devida e correspondente, quer dizer, *com inclinação para isso*. É por isso que, à revelia da factualidade do texto (daquilo que o texto *indica* com seus signos), ao vertê-lo para a língua espanhola, F. R. restitui o "seu" hino são e salvo, intacto e virginal (imaculado, afinal), *como é e deve ser*, ou seja, *próprio* (através de uma tradução *imprópria*).

É assim que, *presumindo* tratar-se de um *erro*, Fermín Rodríguez – não saberemos nunca se ele terá hesitado ou não – pura e simplesmente tomou a resolução de *corrigir* aquele erro. O qual, entretanto, não temos (pois, em absoluto, não há) *razão suficiente* para determinar não se tratar, talvez, por outro lado, não obstante, de um "erro". Na ambiguidade extrema de um paradoxo, F. R. *decidiu* ser isso e não aquilo, decidiu que é uma coisa e não é outra. Quer dizer, redirecionou a expansão exorbitante e inestimável das repercussões de um erro, ao centro de uma suposta normalidade gramatical e inteligível (disjuntiva) de um *dever ser* (pois, presume o tradutor, "il" não *deve ser* aquilo que Butler quer dizer, e porque ela não quer dizer o que está dizendo: *corrijo-a*). Não sem violência, é claro, porque, quando falamos de tradução, falamos de políticas da tradução e dessa violência que é tão subliminar e discretamente literária.

Entretanto, caso supuséssemos resolutamente que se trata de um "erro", podendo esse significar, tanto que Judith Butler de maneira extremamente sagaz elevou ao quadrado a contradição performativa, tanto que ela, inconscientemente, faz o "hino" latino-americano "sofrer" algo análogo ao que "sofre" o hino estadunidense, se admitíssemos essa hipótese, estaríamos obrigados à conclusão seguinte: Fermín Rodríguez, mais do que corrigir,  *censurou* o livro de Judith Butler.<sup>8</sup> Censurou-o da mesma maneira que, desentendida e muito atrapalhadamente, algum editor ou tradutor poderia querer "corrigir" um romance de, por exemplo, Guimarães Rosa, ou todas as ocorrências da palavra *différance* no *corpus* de Jacques Derrida. Ou seja, F. R. avançou no resultado da sua tradução uma "presunção de inocência", quer dizer, presumiu que *a autora* não é competente acerca de todas as suas letras (é inocente, como quem ignora) e que, portanto, é seu direito enquanto tradutor *retificar as suas inclinações ao erro*, pois, supõe o tradutor (e à revelia dos índices), a sua *verdadeira inclinação*, ao contrário, *diferentemente do que está inclinadamente escrito*, não é nem mais nem menos do que aquela para o que é correto, seu desejo é o que é correto, e não a inclinação que *aparece* no texto – e que aparece, *enfatizemos*, erroneamente. Contrariando, assim, uma premissa essencial da obra de Derrida (e, afinal, da literatura *em geral*, daquilo que a literatura é), bastaria pensarmos em *différance*, tanto para tudo aquilo que constitui um *lapso* (em sentido freudiano), quanto para todo aquele que se reputa (ou é reputado) um "autor" e (sobretudo) um "filósofo". Isso que Barbara Cassin, de modo competente (pois é de *competência* e de *incontinência* que se trata), definiria do seguinte modo:

Nós devemos supor, generosamente, que o autor sabe tudo aquilo que ele faz, no momento mesmo em que ele não o sabe, que ele nada deixa ao acaso, que tudo faz sentido.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Pode parecer irônico, mas cabe também dizer que: "E cada vez que uma obra literária é censurada, a democracia está em perigo, todo mundo está de acordo" (tradução nossa), DERRIDA, Jacques. *Passions*, 1993, p. 65. Do original: "Et chaque fois qu'une œuvre littéraire est censurée, la démocratie est en danger, tout le monde est d'accord".

<sup>9</sup> CASSIN, Barbara. "Discours de Barbara Cassin à l'Académie Française", transcrição do discurso disponível no site da Académie Française: <http://www.academie-francaise.fr/discours-de-reception-de-mme-barbara-cassin>.

Será o caso de que F. R. tem razão e que Judith Butler não sabe o que faz, ou seja, é inocente? Quer dizer, F. R. presume a inocência, porém, resta saber se Butler erra inocentemente (como não é de praxe se esperar de um autor, muito menos de um filósofo), caso em que F. R. lhe *corrige*, ou se, por outro lado, Judith Butler "erra" deliberada e conscientemente, com grande sagacidade literária, caso em que F. R. *censura*, portanto, o seu texto (como não é de praxe se esperar de um tradutor). Mas, já veremos, o problema não está nem em uma coisa nem na outra, o problema está naquilo que a tradução é – e há política nisso.

Retornemos. Quem não tem inclinação, *enfaticamente*, não deve cantar – afirma Butler. Entretanto, aí mesmo onde Judith Butler nos diz que *uma inclinação é necessária* (e com ênfase ela o diz), aí mesmo onde ela nos diz, ao falar de uma contradição performativa (hino estadunidense e língua espanhola), que a contradição *deve* ser mostrada e não escamoteada, não obstante a tudo isso, Fermín Rodríguez supôs-se em legitimidade de decidir que a "outra" contradição (canção latino-americana e língua inglesa) não deveria, por sua vez, ser mostrada. Aparentemente, há duas contradições, mas, *presumindo o que o autor quer ou não quer dizer* (na sua *inclinação* essencial e verdadeira e no seu desejo *ele mesmo*), F. R., resolutamente, avança em direção à decisão de que *só* uma dessas contradições é, de fato e de direito, uma contradição (a outra, não). Ou, pior, só uma delas, como diz Butler, deve ser mostrada. A outra, sendo, nesse caso, *silenciada*, como se não estivesse o bastante, *ou estivesse demais*, em algum suposto e mirabolante "lugar de fala", e desde o qual, contraditória ou não, é vista apenas para ser apagada (pelo tradutor e pelos demais mediadores).

E, como vimos, quando um tradutor decide não traduzir, bem, é porque alguma propriedade, algum corpo próprio, alguma imunidade, virgindade ou intocabilidade está em questão. Admite-se, aí, que *não é normal* escrever "Il pueblo", "equales" e "hymno" (não fosse esse o caso, não haveria motivos para *corrigir*, havemos de convir). Se, portanto, na sua posição de tradutor, F. R. *decide*

"presumir a inocência" a partir de algum *in dubio pro reo* (o mesmo que Butler embarga no caso dos "latinos" quando esses alteram o hino estadunidense, pois, ao passo e quem é óbvio que se deve suspeitar, ela não dá veredito acerca da suspeição que suscita e incita), ao mesmo tempo, essa decisão tem outras implicações. A saber, para que a "presunção de inocência" tenha sentido, F. R. precisa, antes disso, presumir, julgar e decidir que, sim, trata-se, e não outra coisa, de um *erro* (e não um "erro" deliberado ou uma contradição performativa e sugestiva daquilo que, entretanto, parece ser, talvez por acaso, o tema central do livro: língua, nação, tradução, hino, canção).

Desse modo, F. R. deve, para invocar essa presunção de inocência, recusar a possibilidade de que *o autor* ou *autora* saiba o que está fazendo e dizendo. Ele precisa alijar Butler da possibilidade de estar ali, naquele texto, produzindo, *in concreto*, uma outra contradição performativa e análoga àquela do hino estadunidense com a língua espanhola. Assim, constatado esse *erro* (inocente, banal e escusável), é lícito deduzir que a existência do erro não seria negada, pois que esse erro pura e simplesmente exista é condição necessária para que, *a posteriori*, invoque-se a insignificância desse mesmo erro que *foi reconhecido* (não tivesse sido reconhecido ele não teria sido corrigido, havemos de convir). Uma vez invocada insignificância, não se poderia, de modo superveniente, dizer que esse erro (que já foi tomado e *reconhecido* por insignificante) não existiu. Entretanto, um fato público e notório nos mostra que, ao passo em que presume inocência por reputar haver insignificância nesse delito ortográfico, F. R., alegando essa insignificância, ao mesmo tempo, nega (renega e denega) a existência do delito para o qual, ao que tudo indica (a sua correção o faz), ele invoca insignificância. Algo como um advogado que, ao alegar a insignificância relativa a um delito, negasse, também, que esse delito existiu e foi cometido. O que revela uma contradição (e concordamos com Butler ao mostrá-las aqui).

Afinal, se esse delito é insignificante, não é possível negar que ele ocorreu – pois, afinal,

ele é um *signo*, ele *está ai*. Não se pode invocar insignificância para o roubo de uma galinha se, ao mesmo tempo, afirmarmos não haver existido roubo nenhum ou, pior do que isso, que galinhas não existem. E é assim que, por essas e outras, vamos vendo por que Nietzsche afirma ser a tradução premissa para o *juízo* de uma época.

Essa contradição no gesto de F.R. escancara-se na sua tradução, pois, ao presumir e admitir que não se trata de uma intenção deliberada do autor, mas de um erro cabal, banal e inocente (passível de correção), no momento em que, na nota de rodapé do tradutor, F. R. deveria (dever é a palavra) nos comunicar a existência desse erro para o qual ele invoca (talvez legitimamente) a devida insignificância, eis que não encontramos menção alguma a esse erro. Quer dizer, e pior do que isso, não apenas não encontramos menção alguma ao erro que, ao que tudo indica, F. R. considera insignificante, porém encontramos a prova, positiva, de que ele nega a existência desse erro que, no entanto, ele parece julgar ser insignificante e reputar inocente. Ora, das duas uma, ou é insignificante ou não existe. Pois não é possível, uma vez que se presume a inocência (corrige-se), dizer que *aquilo que foi corrigido* não existiu. Não tivesse existido, por óbvio, não se teria corrigido. E corrigiu-se (a não ser que se tenha censurado).

E a atestação disso se dá por um simples motivo. Ocorre que, em vez de lermos na nota de rodapé do tradutor "a citação original foi modificada" ou, melhor, "corrigida", estamos obrigados a ler, e de um modo que não poderia ser senão *formidável*: "En español en el original". Ou seja, ao mesmo tempo, roubar galinhas é delito insignificante e galinhas não existem. O erro é insignificante (pois o tradutor corrige e, se corrige, é porque *há erro*) e não ocorreu erro nenhum (está em espanhol no original, ainda que no original exista a inexistente palavra "equales", que não apenas não existe em espanhol, mas não existe em língua alguma). Ora, como isso é possível? Parece impossível, não é mesmo? Entretanto, eis tudo: acontece.

Assim sendo, não apenas, como quem alegasse insignificância no erro, F. R. corrige os erros contidos na frase "*Il [sic] pueblo unido jamás sera*

*[sic] vencido*", mas, não satisfeito com corrigir (reivindicar insignificância ao delito), além disso, o tradutor afirma que um texto que escreve "equales", "Il" e "hymno" está em espanhol no original (um texto onde das 10 palavras, estão escritas erradas e ou pertencem a outros idiomas). Portanto, ao mesmo tempo, F. R. menospreza as implicações disso que a seus olhos é um erro (e não um "erro" performativo, deliberado e *autoral* da parte de Butler, o que sempre pode ser caso) e, também, afirma categoricamente a inexistência desse erro ao dizer que, *no original*, lê-se em espanhol, escamoteando, assim, o fato de que *deveria ter escrito* que corrigiu a citação.

Ora, ou é um erro, e, em seguida, poderemos admiti-lo como insignificante, ou não é um erro e não poderíamos, portanto, julgá-lo insignificante, quer dizer, não poderíamos julgar os atributos de um objeto cuja existência negamos (ou, pelo menos, ocultamos, assim como, por utilizar um exemplo muito aleatório, cadáveres no atlântico).

Quer dizer, no caso de quisermos negar a existência de um erro (o que significaria dizer que é um "erro" deliberado e performativo, "intencional"), estaríamos obrigados a traduzi-lo, quer dizer, a não o traduzir, ou seja, teríamos de mantê-lo tal qual, assim como em "*Fifth Avenue*" ou em algum nome próprio (ou com a palavra *différance* que, quando não mantida tal qual, é traduzida também com o erro que lhe é *constitutivo*: "diferença", eventualmente). Se, insatisfeito com "traduzir", o tradutor resolvesse colocar uma nota de rodapé, é lícito presumir que ele indicaria a sua intervenção no texto, ou seja, a sua *correção*. Mas nada disso é o que ocorre no formidável "erro" de Fermín Rodríguez e Judith Butler. Pois, ao passo em que a contradição de latinos cantarem o hino estadunidense em espanhol parece ser *significante* (a ponto de se escrever um livro sobre isso para dizer que é suspeito, *enfaticamente*), a contradição de Judith Butler ao *inclinarse* *El pueblo unido jamás será vencido* para deformações como "Il" e "equales", bem, esse segundo fato é presumido como *insignificante* (não apenas não produz um livro, mas, inclusive, quando "espontaneamente" ocorre em um livro, *de facto*, é censurado na sua tradução, e, vale lembrar aqui, Butler diz que seria



ingênuo e ofensivo crer em espontaneidades ou em estados de natureza).

Ora, perguntemos: com que *critério* a crítica e o tradutor *decidem* que assim é? Se, além de Judith Butler ir desvelar, enfaticamente, no fundo do hino, uma pretensa, suposta e muito metafísica *incli-nação*, suspeitando, de direito, o talvez nacionalismo desses latinos, por quê, afinal, não apenas não poderíamos suspeitar que Judith Butler sussurra o seu próprio nacionalismo (e, portanto, a sua *genérica natalidade*, assim como a sua *generalidade*), mas, além disso, é preciso negar, de maneira contrafactual, a existência desse lapso, ao dizer que "*Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido*" está em espanhol no original? O que, dentre tantos acontecimentos, está *acontecendo*? Que "way" é esse de ver (e de traduzir) as coisas? E se aqui, por hipótese, invocássemos outro "way", seria isso agressivo?

Assim, se retornamos à hipótese oposta, de que se trata de um "erro" deliberado, nesse caso, seríamos obrigados a concluir que F. R., em vez de apenas corrigir, simplesmente censura o livro de Judith Butler.

Por outro lado, se reconhecemos como legítimo o fato de ele invocar para isso uma presunção de inocência, admitindo que o erro seja insignificante, somos obrigados a concluir, ao menos, que F. R. mente na sua nota de rodapé ao afirmar "En español en el original".

E é por isso que, entre a censura e a mentira, no que tange à tradução, não parece que tenhamos mais alternativa para julgar o sentido histórico da nossa época (e, particularmente, em contexto latino-americano). Parece ser difícil encontrar outro "way" para ver as coisas. Quer dizer, Judith Butler parece ter razão, porém, não apenas, aparentemente, ela não está consciente de a ter (supondo que o erro seja involuntário), mas, além disso, o seu próprio tradutor, ao se deparar com o fato de que Butler tem razão, precisa, de todas as maneiras, escamotear isso.

F. R. *ou corrige* ou *censura* Judith Butler e, tudo isso, aparentemente, a fim de protegê-la de seu erro e a fim de manter imune alguma *propriedade* essencial do seu querer dizer (a sua *inclination*), ou do seu corpo (ou texto). Tudo

isso como alguém que entendesse a existência de uma contradição em cantar o hino nacional (estadunidense) em uma outra língua nacional (talvez sem inclinação), mas recusasse a existência de contradição quando o que está em questão não é o hino estadunidense e os "latinos" que, esses sim, "alteram". E isso, tudo isso, no exato instante (no livro) em que Butler parece nos dizer o contrário, demonstrando que *inclinação* tem. Isso, no momento em que, não outra coisa, Butler nos diz que as contradições *devem* ser mostradas. Mas, ora, se Butler diz que as contradições devem ser mostradas, com base em quais premissas esse tradutor pode presumir que se trate de um *erro insignificante* o fato de Butler escrever "iguais", a ponto de, não apenas omiti-las, mas, voluntariamente, e de próprio punho, *apagá-las*? Estaríamos vivendo em uma "época" em que é normal traduzir "*Fifth Avenue*" por Avenida Tacuarembó?

Ora, não parece ser cabível que a Judith Butler possamos incutir essa "inocência" toda, nem a nenhum autor *digno* desse nome, pois a profundidade de todo autor, vale dizer, a sua *autoridade*, está indefectivelmente ligada ao fato de que ele sabe o que faz e o que diz (e, aliás, é *responsável* pelo que faz e diz). É por isso que, não havendo notícias de que Judith Butler tenha "errado" uma citação em língua estrangeira em qualquer outro livro, há, pelo menos, mais de um índice a ser invocado para que *consideremos* (ao menos, consideremos, seria o mínimo) o fato de haver nesse erro uma deliberada sugestão.

Ora, não se trata de um livro sobre outra coisa que não a tradução, o estado, a nação, hinos, canções e cantares. Não é, portanto, um livro que, ao que tudo indica, pertença ao *gênero* conhecido por livro de receitas culinárias. Seria, por conseguinte, uma coincidência improvável (ou implausível) que Butler errasse uma citação em língua estrangeira justamente em um livro onde não está em questão nenhuma outra coisa senão línguas estrangeiras e/ou nacionais.

Se, de seu próprio punho, Butler nos diz que a contradição inerente a essa circunstância deve ser mostrada (ao menos, ela o diz a respeito dos latinos que traduzem e alteram o hino estaduni-

dense assim como o seu espaço público), como é possível que, tratando-se de um autor tão reputado, "a maior filósofa da nossa época", segundo importantes professores no Brasil, justamente aí, F. R. queira "presumir inocência" para esse autor? Como alijar um autor (aparentemente) *tão importante* da autoridade sobre seu próprio texto para sair advogando a sua inocência e corrigindo o seu livro em deságio do autor e, sobretudo, do leitor que, no caso, (por mera coincidência, digamos assim) é latino e hispanófono? Estaríamos, de alguma maneira, fadados a julgar que a *servidão voluntária* é o perfeito e o cabal sentido histórico da nossa época, a partir da forma com que traduz?<sup>10</sup> Por que traduzir um livro para mostrar que há contradição entre língua espanhola e hino estadunidense se nós *escondemos* ou *escamoteamos*, mentimos ou censuramos, que nesse mesmo livro, deliberadamente ou não, há uma contradição, senão idêntica ou proporcional, ao menos análoga, entre canção latino-americana e língua inglesa? Que o tradutor tenha traduzido esse livro já é o bastante para inferir que ele vê nesse livro um interesse. Mas que interesse é esse? E quais são as *inclinações* que o movem?

Afinal, também esse livro nos fala de *inclinação*. Que *inclinação* tem, portanto, Fermín Rodríguez ao traduzi-lo? Que conceito de tradução (e que *política* da tradução) temos na substância disso se, diante desse fenômeno inestimável e incalculável, contradizendo o argumento cerne do livro (mostrar as contradições entre línguas estrangeiras e nacionais), nós recusamos a existência disso que foge à ordem de uma natural-gramaticalidade, *inclinação* ou, em última instância, *corpo próprio*? Como medir esse erro? Que peso, que moeda, que quantidade ou valor ele tem? Mas por que, em todo caso, simplesmente agir como se esse erro não estivesse *aí*? O que essa denegação tradutória nos diz sobre o sentido da nossa época e sobre uma determinada *política* da tradução, para a qual, ainda que de muito longe, estamos tentando, nesse texto, apontar, isto é, *significar*?

Aliás, até onde é possível ter o direito de ir

cobrar a responsabilidade do tradutor, eximindo o autor de ser, primeiramente, o responsável por produzir essas "ambiguidades" (ou contradições performativas), como quem *terceirizasse* (para o tradutor, precisamente) as suas próprias decisões? Como *descobrir ou desvelar* a que se inclina a *inclinação* de Butler?

Não queremos agir injustamente com o tradutor, entretanto, cabe ainda dizer o seguinte (a não ser que estejamos repetindo): Judith Butler, que afirma a necessidade de *inclinação*, nos diz que a contradição deve ser mostrada. E ela diz isso por razões simples, a saber: no momento em que latinos se valem da língua espanhola para cantar o hino nacional estadunidense, seria *ofensivo*, diz ela, imaginar que eles estão em um estado de natureza, *inocentando-os* de estarem, seja em que língua cantem (o que ela encoraja), no próprio corpo desse hino nacional, ao estarem dentro de suas cidades. Esse fato não deve ser ignorado, ocultado ou omitido, pois o perigo de haver nisso um nacionalismo estaria no fato de que, cantando, dentro de um território o seu próprio hino, *mas* em *outra* língua materna, poder-se-ia depreender que esses latinos estariam recusando, para os habitantes "legítimos" desse mesmo território, uma *comunidade*, pois cantam em uma língua que, oficialmente, aos habitantes desse território, não é *comum*. E é essa, e não outra, a contradição que Butler diz *dever ser* mostrada, é por isso que há suspeita de nacionalismo. A língua espanhola é, *aí*, estrangeira.

Entretanto, no momento mesmo em que Rodríguez *corrige ou censura*, seja como for, o texto de Butler, ao transpô-lo para uma língua (ora, vejam só) latina, Rodríguez está escondendo o fato de que seria igualmente legítimo supor que, cantando a canção *El pueblo unido jamás será vencido*, com tons de inglês, francês ou italiano, Judith Butler tampouco está em um estado de natureza e isso poderia indicar que essa *pretensa* comunidade que ela, talvez (muito hipoteticamente), almeje ter com os que cantam *El pueblo unido jamás será vencido*, é igualmente suspeita por ela imiscuir em um hino uma outra língua, em um caso muito

<sup>10</sup> *Subserviência a determinado país*, como preferem os meios de comunicação, atualmente.

análogo de alteridade e alteração, como aquele produzido pelo caso "nuestro himno". Quer dizer: *passível de suspeita de nacionalismo* e, como diz Butler acerca de tudo isso, "Obviously". E é nesse erro, ou "erro", que se sussurra essa comunidade negada aos que cantam *El pueblo unido jamás será vencido*. Isso, admitindo que o autor sabe o que faz, pois sempre pode ser o caso de que ele não saiba muito bem o que está fazendo. E, a ser esse o caso, entendemos, afinal de contas, por que F. R. tem pressa em, voluntariamente, corrigir e deformar o que está escrito, isto é, deformar para a forma isso que está deformado, corrigir, escamotear o erro.

Porém, se é o caso de que o autor não sabe o que faz, e de que se trata apenas de um erro insignificante de um autor que falhou na sua competência, atribuições e faculdades, como pode F. R., além de corrigir, afirmar que está em espanhol no original sem lançar mão à mentira, sem comprometer-se com isso, sem tornar-se cúmplice disso? Por que dizer "En español en el original" em vez de, simplesmente (e com "muito bom senso"), *notar em rodapé* que a citação foi corrigida? Seria o caso de que a nota *mente* porque há, de fato, qualquer coisa de demasiado *notável* nesse erro ou "erro", que não poderíamos, de maneira alguma, permitir que fosse visto e *publicado*? Essa nota, "En español en el original", estaria, afinal de contas, querendo que não notemos aquilo que não poderia ser senão notável? Haveria algo de obsceno nisso, e que, vá saber por que moralismo ou  *pudor* do tradutor, seria preciso esconder dos olhos dos leitores "latinos"?

Ocorre, portanto, que, se por um lado Butler mostra a contradição de um nacionalismo possível no canto dos latinos, Rodríguez, pelo contrário, vem nos afirmar que, a despeito de cantar errado (ou "errado") o hino *El pueblo unido jamás será vencido*, Judith Butler sabe, testemunha seu tradutor (à revelia de tudo), cantar, "En español en el original", *El pueblo unido jamás será vencido*. O que é, simplesmente, contrafactual. Como se, a esse possível nacionalismo e comunhão negada por parte dos que cantam o hino estadunidense em espanhol, Judith Butler estivesse *immune*, como um

corpo próprio e virgem, no momento mesmo em que, ora, ela canta o hino *El pueblo unido jamás será vencido* como quem o estivesse cantando em outra língua, em uma língua talvez francesa (Il, hymno), italiana (Il, sera) ou *inclinadamente* inglesa (equales). E, no entanto, é preciso inclinação, diz Butler. Mas "quem" decide se Butler, por sua vez, tem ou não tem inclinação, uma vez que, *ao menos ao que tudo indica*, não tem?

Judith Butler, de modo diligente e prudente (quicá prudente demais), não tem resposta para as questões que ela coloca. Entretanto, Fermín Rodríguez, por sua vez (eis a coisa interessante), demonstra ter essas respostas quando considera que uma contradição (a dos latinos e que o livro de Butler nos mostra) é mostrável, ao passo em que a outra, a de Butler, não o é (e é essa contradição que mostramos aqui).

Mas, seja como seja, isso nos fala algo importante acerca de quanta política há em uma tradução. A saber, uma indecidibilidade em um texto não dobra a esquina do Atlântico, não atravessa a fronteira da sua língua própria, sem que um tradutor se faça responsável para decidir *o que é ou não é*. É essa a hora em que o tradutor, desamparado pelo autor que não previra (ou descurara) as implicações do seu texto (deliberada ou inocentemente), precisa decidir se, mentira ou verdade, um texto atravessará ou não uma fronteira, ou seja, se o texto diz *isso* ou diz *aquilo*. Pois é preciso dar a esse texto as *pernas* dessa travessia, ou seja, seu sentido e direção (sua inclinação). E é essa a hora em que o tradutor, por bem ou por mal, precisa ou mentir ou censurar o texto e, por isso mesmo, tornar-se *responsável* pelo que faz ou, melhor dito, nesse caso, deixa de fazer.

De alguma maneira Fermín Rodríguez parece intuir que não apenas é um disparate (para não dizer *disparo*) dar a ler, para leitores hispanófonos (ou melhor, latino-americanos), "*Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido*" e "equales" (ainda mais dito por alguém que não está em nenhum Estado da Natureza, mas em um Estado bastante Unido), mas, a supor que se trate de um delito, ele parece estar ciente de que um delito sempre precisa ser cometido *de novo e perpetuamente*. E é por isso

que, como se não bastasse presumir a inocência (o que já é um gesto sem garantias, mas talvez respeitável), na nota de rodapé ele afirma, ainda, de modo plenamente contrafactual: "En español en el original". Ou seja, *mente* e, ao fazer isso, responsabiliza-se, torna-se cúmplice de alguma *inclinación* essencial de Butler que, entretanto, não sabemos, nem poderíamos, qual é. Aliás, tampouco é certo que o tradutor saiba que *inclinación* é essa. Com a qual, não obstante, ele se compromete ao, literalmente, *subscreever* por ter reescrito e, mais do que omitido, mentido que o fez.

Para sabermos a *inclinación* de Butler, que afirma a necessidade dessa *inclinación*, o seu próprio livro não basta como prova. É por isso que as políticas da tradução estão aqui em jogo, pois a tradução funciona como contraprova nessa hipérbole infinita da decisão e do julgamento acerca do que é e do que não é.

Não é possível saber se Butler erra de modo não deliberado, por um lapso, ou se, deliberadamente, com um gênio plenamente dialético, ela contradiz a sua própria contradição performativa, a fim de dar ainda mais a ver (e *enfatizar*) a indecidibilidade em questão. O que, aliás, justificaria a sua afirmação de serem questões para as quais "eu não tenho a resposta".<sup>11</sup> Afinal, com tal quantidade de paradoxos, ninguém nunca poderia ter.

Entretanto, se é bem verdade que a contraprova não exaure as condições necessárias para uma decisão ou veredito, é perfeitamente lícito que, ao menos, arrolemos a tradução como elemento a ser considerado. E é, para dizer o mínimo, muito estranho ou formidável, que a contradição da contradição performativa seja tão diligente e minuciosamente escamoteada pelo seu tradutor. É curioso, pois não apenas, para todo caso, mentira ou censura, o tradutor tem de falsificar o texto, mas é necessário que, de modo expresso ou subliminar, o tradutor repreenda o autor do texto. Ou o tradutor repreende o autor por ter cometido um erro insignificante que o tradutor precisa, então, se dar ao trabalho corrigir (alterando o texto e dissecando o seu corpo), ou o tradutor repreende o autor por ter de repetir na sua tradução o erro

cometido pelo autor (o tradutor precisaria ser cúmplice desse delito gramatical). Mas F. R., ao corrigir e negar a existência do erro que corrige, parece simplesmente ter encontrado a *solución* com que imunizar o corpo próprio da inclinação de Butler a toda "crítica" que viesse lhe acometer – ou *suspeitar*. Ao que tudo indica, o tradutor quis cometer um crime perfeito, *mas não há*.

Assim, à luz da tradução (vale dizer: em âmbito hispanófono), se alguém quisesse constatar que "há um erro", a tradução denegaria essa possibilidade, pois ela diz "En español en el original". E se, à luz dessa mesma tradução, alguém quisesse constatar que a contradição performativa está elevada ao quadrado por outra contradição performativa (o que, talvez, aliás, torne o livro deveras interessante), a tradução também nos negaria essa possibilidade, pois aquilo que no original diz "iguales", a tradução traduziu por "iguales" (a despeito de, na nota de rodapé, afirmar estar em espanhol no original, caso em que, se isso fosse minimamente verdade, não seria preciso tradução e, muito menos, correção).

O leitor da tradução, ¿Quién le canta al estado-nación?, portanto, não está lendo o mesmo livro que estamos lendo ao lermos "Who Sings the Nation-State?": *temos um problema de tradução* (e esse problema é *político*). O leitor hispanófono, assim, é *excluído*, por decisão do tradutor, daquilo que está em questão no livro que, não obstante, esse tradutor, a despeito disso, tem interesse em traduzir, ou seja, *em dar a ver*, em publicar. O leitor hispanófono (o público), portanto, poderá ler esse livro, mas não o terá lido, pois ele está excluído da totalidade do livro produzido por Butler (conscientemente ou não) e que foi traduzido apenas *parcialmente* (parte que parece ser apenas aquela que o tradutor quer dar a ver, conforme *presume* aquilo que Butler, por sua vez, quer ou não quer mostrar, ou seja, sua *inclinación*, ou seja, *seu desejo* ou *inclinación*).

Assim, dito muito resumidamente, o leitor hispanófono poderá ser levado, por um instigante texto, das maiores intelectuais e filósofas da nossa época, a se interrogar sobre as potências

<sup>11</sup> BUTLER, Judith. *Who Sings the Nation-State?* New York: Seagull Books, 2007. p. 61. A mesma afirmação ocorre em *Ibidem*, p. 69.

nacionalistas dos latinos que cantam o hino estadunidense em espanhol, porém, por culpa ou responsabilidade dessa tradução, o leitor hispanófono não será levado a indagar-se sobre que "incli-nação" é essa de Butler ao escrever "Il pueblo", nem nunca se indagará se esse nacionalismo sussurrado (ou, ao menos, e para concordar com Butler, *suspeito*) não se verifica também naquele que dá as cartas desse jogo, mediando a rodada como um hábil *croupier*.

O acontecimento dessa monstruosidade, dessa abjeção gramatical e desse palimpsesto literário, em vez de vir colocar em xeque os limites da jurisprudência de uma gramática (de uma língua e de uma nação e, portanto, de um corpo), o que pareceria ser o *querer dizer* do livro em questão, apenas recolhe-se, de modo extremamente suspeito, em uma pretensa normalidade (e isso, em um livro que diz que devemos *mostrar* as contradições). Assim sendo, se tomamos ambas as versões e as consideramos juntas, somos obrigados a concluir que, pela mão de Bulter e F. R., mais uma vez, a contradição (que supostamente estávamos querendo mostrar), pura e simplesmente, resolveu-se na mais rotunda e geométrica das normas: em bom senso ("é *apenas* um erro de digitação"). Não apenas em norma, mas em uma daquelas que é talvez a mais banal, ou seja, em gramática. O erro, portanto, (se julgamos ambos os livros) não é nem performativo nem significativo, mas é denegado e, a despeito da existência do seu corpo próprio e factual (ainda que monstruoso ou obsceno, talvez, para alguns), trazido, pela mão de um tradutor ou traidor, à normalidade vigente de uma *correção censória*. "Assim é e não é outra coisa", parece dizer o tradutor, "não há monstruosidade alguma (aquilo que precisa ser mostrado), pois *tudo está normal e segundo a gramática*", no caso, espanhola. Ou

seja, assim *deve ser*, o corpo *corresponde*, tudo está bem, *não há contradições*.

Mas, ainda, é preciso perguntar o mais importante e, talvez, o mais interessante, o possível *interesse* real desse livro: e se "*Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido*" fosse real e profundamente, sem mais nem menos, o que Judith Butler quer nos dizer, aquilo a que se inclina o seu texto, *dessa forma e não de outra*? Se, não sendo nem erro, nem "erro", fosse *assim mesmo*? Ou seja, "*Fifth Avenue*" e não Quinta Avenida ou *Avenida 9 de Julio*. E se o seu objetivo fosse tão realmente o de mostrar as contradições, a ponto de mostrar as suas próprias (que tampouco poderiam não existir, como nos lembra Derrida ao falar dessa *jalousie* da língua que acusa, ou suspeita, o nacionalismo alheio)? O que terá sido o acontecimento dessa tradução que, a supor que esse seja o caso, denegando tão profunda e completamente o autor que está traduzindo, pura e simplesmente censura-o, censurando essa contradição tão sua e tão própria que, quiçá, o autor terá querido voluntariamente mostrá-la, assim, tal qual (como a autora diz que deve ser feito, aliás)? Mas não será essa censura, por outro lado, apesar de orbitar entre tradução e traição, também o signo de uma fidelidade pelo bom senso (alguma boa inclinação, ou vá saber que outra coisa...)? Uma espécie de favor, sem caução ou contrapartida, quase heroico, que o tradutor comete em prol do seu autor e da fidelidade que lhe deve? Judith Butler vilipendia um hino latino-americano, e não haveria leitor hispanófono que deixasse de notar esse erro aberrante, crasso e escolar (seria uma ofensa ver de qualquer outro "way"), caso o tradutor simplesmente mantivesse as coisas como elas são, da maneira com que elas se *dão*, em vez de estar a ver as coisas com outro "way".<sup>12</sup>

No entanto, ciente desse problema (talvez o

<sup>12</sup> Nessa mesma edição que referimos, *¿Quién le canta al estado-nación?*, é importante observar que em uma introdução ligeiramente crítica e isso de maneira deveras sutil, Eduardo Gruñer não deixa de mencionar, mas de modo totalmente alusivo, esses "problemas de tradução" que abordamos. Seja como for e em absoluto, compartilhamos a *perplejidad* que aparece no título do seu prólogo. Recomendando que esse texto seja consultado de forma integral, deixamos, entretanto, a seguinte passagem de extrema relevância: "Parecerá una trivialidad. En todo caso, un nimio inconveniente técnico (¿habrán funcionado bien las grabadoras?, ¿se habrá hecho correctamente la transcripción?, etcétera). Pero [sempre há um "porém"] los deslizamientos entre la *oralidad* y la *escritura*, tan resbaladizos ellos, son una de las nevaduras de la lectura llamada *deconstructiva*. [...] Y también se leerá más adelante sobre los largos alcances – *filosófico-políticos*, y no tan solo 'técnicos', otra vez – que proyecta la cuestión desesperante de la *traducción* [...]. Permitaseme, por ahora, decir tan solo que la auto-autorización que me he dado para entrometerme entre Judith y Gayatri – si de diálogo se trata, aunque falso, me permitirá también la familiaridad de los nombres – merece que ponga en negro sobre blanco, que *escriba*, lo más brevemente que sea capaz, los *efectos* – de los que ellas, se entiende, no pueden ser hechas culpables, aunque *si responsables*". GRÜNER. Eduardo. Prólogo. Sobre el estado-bifurcación y otras perplejidades dialogantes. In: BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *¿Quién le canta al estado-nación?* Traducción de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009. p. 14-15.

tradutor não seja assim tão inocente), vá saber se acometido por algum repentino *pudor*, F.R., responsabilizando-se pelo autor, literalmente protegeu-o, acobertou-o, colocou-se *entre* os seus leitores e o autor, *velando* pelo autor (como faz um tradutor) para dizer, à revelia de todos os fatos e índices, "En español en el original". Quer dizer, o tradutor sentiu-se obrigado a *vestir*, a *velar* o aparecimento dessa nudez (a supor que seja um lapso) ou voluntário *desvelamento*. Mas por que todo esse pudor gramatical, não é mesmo?

Mas a questão que permanece (se é que ainda permanece alguma questão do gênero) é: "Who sings the Nation-State?". E, no entanto, a tradução de Fermín Rodríguez, ¿Quién le canta al estado-nación?, curiosamente (ou, pelo contrário, mostrando a verdadeira vocação do livro, vá saber), não parece estar nem um pouco interessada em saber. Mas, a ser assim, por que traduzir esse livro, então?

Tudo isso, nesse livro em que, apesar de tudo, é a própria Judith Butler a nos dizer (e não cansaremos de repeti-lo): "Seria uma ofensa ver isso de qualquer outro jeito" (tradução nossa).<sup>13</sup> E não podemos concluir, portanto, senão que é um problema de jeito, de "way". Como é que terá sido possível a F. R. ver de outro jeito aquilo que não está senão *desse* jeito e de nenhum outro? Aquilo que diz "iguales" e não "iguales", aquilo que diz "hymno" e não "himno". Por que terá acontecido a F. R. de ver as coisas demasiadamente com esse "way", não é mesmo? Seria essa tradução, seguindo as palavras de Butler, nada mais do que uma *ofensa*? Uma ofensa que em vez de perceber as coisas *de jeito*, quis vê-las, não sem algum malabarismo performático, com outro "way", esse "way" que Butler já alertava ser potencialmente ofensivo, como aparentemente ele é.

## 5 A tradução entre colonialismo, imperialismo e decolonization

Para concluir, se retornamos à frase de Nietzsche, que nos avaliza o julgamento do sentido histórico de uma época a partir do "way" com

que ela traduz, talvez, *talvez*, sejamos obrigados a uma conclusão, ou seja, um veredito.

Quiçá todas as partes, nesse caso, sejam inocentes. Butler é inocente por não ser suficientemente competente ou autoral a ponto de medir todas as repercussões do que diz e do que fala, portanto, algo lhe escapa (talvez a sua verdadeira inclinação), e a prova disso é que temos tradutores que, na calada de uma biblioteca, corrigem, de bom grado, o seu *corpus*. Eliminam repercussões que consideram, vá saber, subversivas, monstruosas, desviantes, anormais, agramaticais, notáveis ou formidáveis. Escamoteiam o corpo (ou o texto, ou o *corpus*) de Butler para preservá-lo, mas, para isso, precisam censurá-lo, e, talvez, sabe-se lá com que bom senso ou *inclinação* (por não dizer, como está em voga, *naturalização*), não hesitam em fazê-lo.

É igualmente inocente o tradutor que, afinal, percebe, sempre com o seu bom senso, tratar-se apenas de um erro insignificante, *une faute de frappe*, diriam os franceses, um erro de digitação irrisório, produto talvez de algum sotaque ou inclinação irrelevantes. Mas isso o tradutor presume na honestidade e *bienveillance* de alguém que *crê* nas boas intenções e *inclinações* de Judith Butler, alguém que *crê* que essa sua *incli-nação*, muito longe de estar dizendo *nação* (embora esteja *ai*, afinal de contas, não é mesmo?), falar-nos-ia, em verdade, de um desejo sincero, uma sincera desejabilidade (um amor verdadeiro, vá saber), uma sincera inclinação a ponto de ela *poder*, com a *incli-nação que tem* (justo essa e não outra), cantar *El pueblo unido jamás será vencido*.

São igualmente inocentes os leitores, os leitores hispanófonos que, graças à *mão invisível* do tradutor (há sempre mais de uma mão invisível), escutarão as palavras *El pueblo unido jamás será vencido* daquela mesma e velha forma com que sempre as escutaram, como um hino latino-americano que, embora em *franco* desuso, volta e meia ouve-se. Inocentes, os leitores, não saberão que, levados pela "crítica" a suspeitarem, "Obviously", de nacionalismo os que cantam o hino estadunidense em espanhol (justo eles, esses leitores

<sup>13</sup> BUTLER, Judith. *Who Sings the Nation-State?* New York: Seagull Books, 2007. p. 67.

hispanófonos), não serão, por outro lado, levados a suspeitar de igual nacionalismo aqueles que, com todas as boas intenções desse mundo cheio delas, igualmente alteram o espaço público, o corpo e a nação, ao, com essa *inclinação* que têm, cantarem "Il [sic] *pueblo unido*", estando nas ruas daquele país que é tão *United* e não nas de um outro cuja *unidade* parece, "Obviously", ser suspeita.

E, como vemos, a inocência, às vezes, abunda, é realmente excessiva, sobretudo em contexto latino-americano onde a anistia parece ser um gênero deveras eficaz. A ser esse o caso, de uma horizontal e rotunda inocência, talvez ainda devêssemos nos perguntar, simplesmente, por quê? Por que tanta inocência?

E a conclusão a que estaríamos obrigados, a crer em Nietzsche, é que nossa época, visto o modo com que traduz (inclusive os corpos uns nos outros), está fadada, não a ser desse jeito ou *de cette façon*, mas a ser desse "way", pertence a esse "way", pois aquilo que é próprio de nossa época é, e não outra coisa, esse "way". E ninguém, particularmente, tem culpa por isso, porque é justamente uma forma de inocência que o suscita. Censura-se, sim, mas com a melhor de todas as intenções ou *inclinações*. Não é "por mal", embora seja.

Esse "way", portanto, expressa-se na tradução, porque esse "way" não está apenas e limitadamente em uma ou outra língua própria e materna, mas esse "way", além disso, está na maneira com que a nossa época traduz. Está nessa língua *sui generis* que é a tradução e que não exatamente é uma língua de *todos* apenas por parecer não ser própria ou materna. Assim, seja em que língua *materna for*, todas serão assim ao serem traduzidas, todas terão esse "way" de ser, porque há uma política da tradução, que é essa e não outra – *decolonization*, dizem.<sup>14</sup>

Os outros "ways", *façons* ou jeitos, não cruzam a esquina do atlântico, não sem que antes tomem esse jeito de ser, ou seja, esse "way", e as coisas,

portanto, são desse "way" e não de outro. E isso porque, sim, somos todos inocentes (nunca é demais dizer). Essa estranha *inclinação* de Butler e Fermin, independentemente das inclinações profundas que lá possam ter, resolveu-se, tanto quanto haja fenômeno e mostraçã, na normalidade e no bom senso com que se traduz desse, e não de outro, "way". Normaliza-se o erro, custe o corpo, individual ou nacional, que custar, e ainda que seja um "erro", pois censura-se o livro que for preciso, o texto que for preciso, o *corpus* que for preciso. E se mostramos aqui essa contradição é porque, vá saber, concordamos com Butler:

A contradição deve ser invocada [relied upon], exposta e trabalhada a fim de mover-se para algo novo. There seems to be no other way (tradução nossa).<sup>15</sup>

Só que não há, de fato, não há em toda essa história senão "way". O "way" com que se fazem e traduzem as coisas. *Esse "way" e "no other"*. É uma questão de jeito, de trejeito, e de traduções propositalmente desajeitadas por esse "way", para que tomem jeito, quer dizer, para que tomem esse "way", e não outro.

Assim, esse formidável "erro" de tradução, para além de autor ou tradutor, apenas nos indica que, se quiséssemos levar a cabo esse "way" de fazer as coisas, de ver e de traduzir os *corpus* (também uns nos outros), literários ou não, melhor fariamos se, em vez de estarmos a dizer "amigxs" (o que sequer podemos dizer), disséssemos logo (a supor que haja qualquer *logos* ai): "*friends*", porque é desse "way" que as coisas são e é por esse "way", e não por outro, que elas vão. Ai onde *x lingux* fala, a despeito da sublimação ou denegação de todo gênero, nacionalidade, maternidade, natalidade, nacionalismo, generalidade, naturalidade, ainda se está significando um *corpus*. Não é nem mais nem menos do que um "way" de significar *corpus*. Resta a pergunta: a língua, desse corpo, de *quem*

<sup>14</sup> Faça-se saber ou lembrar, sem mais tardar, apenas que: "eu não gostaria de me servir tão facilmente da palavra 'colonialismo'. Toda cultura é originalmente colonial. Não contemos apenas com a etimologia para lembrá-lo. Toda cultura se institui pela imposição unilateral de alguma 'política' da língua. O domínio [maîtrise], sabemo-lo, começa pelo poder de nomear, de impor e de legitimar as denominações [appellations!]. DERRIDA, Jacques. *Le monolingüisme de l'autre*, 1996, p. 68, tradução nossa. Aliás: "Uma crítica que se apresenta com proclamações, teses ou teoremas 'desconstrucionistas' pode praticar, se posso dizê-lo, uma leitura das mais convencionais.", DERRIDA, Jacques. "Cette étrange institution qu'on appelle la littérature", 2009, p. 270, tradução nossa.

<sup>15</sup> BUTLER, Judith. *Who Sings the Nation-State?* New York: Seagull Books, 2007. p. 67.

é?<sup>16</sup> Resta também a outra pergunta, que talvez seja a mesma: *Who Sings the Nation-State?*

Afinal, se Butler, na estatura da sua "crítica", não terá perdido a ocasião de dizer que seria uma *ofensa* supor que esses "latinos" estão em um estado de natureza e que, portanto, devemos suspeitá-los de nacionalismo ("Obviously"), ora, por que, por outro lado, parece ser tão *defensável* (o contrário de uma ofensa), da parte de seu tradutor, como que colocá-la em um estado celeste, de modo que, no momento mesmo em que Butler nos desvela a sua *inclinação para o canto*, a forma com que ela o *inclina*, o tradutor mente e ou censura o fato de que, não pertencendo ela a um estado de natureza, tampouco a um celeste, Butler pertence, como qualquer um, nem mais nem menos, a um estado bem concreto? Sendo assim, se admitimos, como prescreve Butler, que a alteração produzida por "latinos" no corpo nacional estadunidense deve ser suspeita (e de nacionalismo), é perfeitamente lógico deduzir (isto é, traduzir) que, da mesmíssima forma, é suspeito o fato de Butler escrever "*Il [sic] pueblo unido jamás sera [sic] vencido*". E, assim, se Butler, mesmo não tendo respostas para as perguntas que faz, não concede a esses "latinos" nenhum *in dubio pro reo*, por que, afinal, terá o tradutor achado por bem, a ela, Butler, conceder esse *benefício*, essa anistia, esse "*privilégio*" ao presumir a "inocência" desse erro ou "erro"?

Tenhamos ou não um veredito para isso, se é ofensivo imaginar que os latinos estejam em um estado de natureza (e, por conseguinte, devemos suspeitá-los de nacionalismo), parece, da mesma forma, ser deveras ofensivo imaginar que Butler está em um estado celeste, incólume, incorpóreo e inefável (caso em que, portanto, não se deveria *nunca* suspeitá-la de nacionalismo, isto é, de *generalidade* ou de ser *genérica* nas suas assunções, presunções ou *incli-nações*).

Afinal, é essa a única explicação possível para o fato de que, sendo tão, absoluta e rigorosamente, pertinente ao seu texto, sendo tão aderente à estrutura semântica e às aporias configuradas

por ele, essa contradição, explícita e formidável, *incalculável* como um *verdadeiro* acontecimento literário (que sempre é falso e costumeiramente agramatical), ao invés de convir ao texto (como de fato ela convém), precisa ser de cabo a rabo rasurada pelo seu tradutor, pois o seu tradutor, ao contrário de Butler, por ser latino e hispanófono, vê e entende, ele *ouve*, perfeitamente, essa contradição que, não apenas ele se recusa a ver depois de a ter visto (por, vá saber, *crer na profunda "inclination"* de Butler), mas ele a recusa a tal ponto que decide, inclusive, recusar a todo o público leitor que a veja (presumindo, além disso, que *não é algo deliberado e autoral* da parte de Butler). Assim sendo, ainda que ele não tenha, hipoteticamente, censurado a autora (que ele estaria "apenas corrigindo" com a suposta boa intenção de proteger seu *corpus* e supondo, também, que ela eventualmente anuisse a essa correção), parece simplesmente impossível negar que ele esteja censurando o seu público ao cometer essa tradução.

Assim, se é verdade que cada língua, na medida em que é nacional (e, mesmo antes disso, uma *polis* ou comunidade, ou porque toda língua só pode ser uma língua se for *comum*), legisla uma política para o seu *corpus* (físico, literário ou em geral) através de uma gramática normativa e demais formas de normalidade e "bom senso" acerca do que é e do que não é um erro, onde começa ou termina um erro, o que é tido por "natural" e o que não é, *o que é e o que não é em geral*, tampouco é cabível incorrer na ingenuidade de supor que não haja, por detrás da *tradução* – sendo aquilo que está *entre as línguas e as nações*, como uma língua franca (sobretudo aquela língua franca supostamente franqueada de todo gênero) – uma política. Quer dizer, uma política que, não podendo ser ditada por um ser incorpóreo e celeste, transcendente e excepcional a tudo, é ditada, simplesmente, por um Estado tão concreto quanto possível. A política de tradução da nossa época é desse "way" e não poderíamos julgar o sentido de nossa

<sup>16</sup> Acerca da genericidade ou generalidade da linguagem, seria importante analisar o texto de Peggy Kamuf: "Derrida and gender: the other sexual difference".



época, à luz da afirmação Nietzsche, senão como sendo uma época cujo sentido tem esse "way de ser", e que vai por esse caminho, não por outro e, muito menos, com qualquer *outro jeito*, para não dizer *autrement*.

Assim sendo, se é, e realmente não saberíamos negá-lo (nem teríamos motivo para isso), *suspeita* a existência de algum incipiente, eventual, fantasmagórico ou possível nacionalismo no cantar dos imigrantes que traduzem, de modo deveras inadvertido, um hino nacional (aquele), há, pelo menos, uma outra coisa que é ainda mais suspeita *em toda essa história* (cujo sentido está sendo julgado a partir da tradução). Afinal, se Judith Butler, às da contradição performativa, *parece* (nem mais nem menos) ignorar a prudente advertência de Jacques Derrida sobre o cuidado que é preciso ter com a "guarda ciumenta que se monta junto de sua própria língua, aí mesmo onde se denuncia as políticas nacionalistas do idioma (eu faço uma coisa e outra)",<sup>17</sup> ocorre que, e nesse caso, sim, o tradutor *parece* (e algo mais do que isso) ignorar aquilo que, entre tantas suspeições, parece ser o mais suspeito. Mas isso apenas é o *mais* suspeito, pela simples e inequívoca evidência de que é precisamente isso o que, tão longe quanto se possa ver, o seu gesto tradutório trata de *inocentar e denegar*, ao *ocultar*. E é por isso ser tomado *a priori* como sendo tão insuspeito que se torna tanto mais suspeito. A saber (e porque, em todo caso, seja o que seja, isso ou aquilo, é bom saber):

Este caminho aberto, trilhado [frayé] (*via rupta*, rota, efração, etc.), mesmo se ele está aberto para o porvir, para a primavera ou a manhã porvir, permanece um caminho de retorno [...] a humanidade decomposta [...] erra entre os dois polos simétricos, antagônicos, mas indissociáveis, do cosmopolitismo e do nacionalismo. [...] A linha desse círculo nacionalista pode, aliás, e não é contraditório [...], pode compor ou alternar com uma outra linha, a da viagem, do caminho aberto para uma aventura, do abrir [frayer], daquilo que cunha [frappel] com a abertura uma nova *via rupta*, uma nova rota para um novo habitat, e aí, na dependência ou na *movência* dessa outra linha, nós temos, em vez do isolamento [repli] *nostálgico em direção ao habitat original, a expansão colonial* lenfatize-se essa incli-nação], o *porvir como aven-*

*tura da cultura ou da colonização, do habitat cultivado e colonizado a partir de novas rotas* (tradução nossa).<sup>18</sup>

## Referências

BALTAR, Maria Amelita; PIAZZOLLA, Astor. La primera palabra. In: "La primera palabra / No quiero otro", 1972.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *Who sings the Nation-State?*. New York: Seagull Books, 2007.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *¿Quién le canta al estado-nación?*. Traducción de Fermin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BUTLER, Judith. The body you want: Liz Kotz Interviews Judith Butler. *Artforum international*, [s. l.], n. 3, (XXXI), p. 82-89, 1992.

CASANOVA, Pascale. *La langue mondiale: traduction et domination*. Paris: Seuil, 2005.

CASSIN, Barbara. *Discours de Barbara Cassin à l'Académie Française*. Disponível em: [http://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/discours\\_de\\_mme\\_barbara\\_cassin.pdf](http://www.academie-francaise.fr/sites/academie-francaise.fr/files/discours_de_mme_barbara_cassin.pdf).

DERRIDA, Jacques. Cette étrange institution qu'on appelle la littérature. In: *Derrida d'ici, Derrida de là*. Paris: Galilée, 2009.

DERRIDA, Jacques. *Genèses, généalogies, genres et le génie*. Paris: Galilée, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Geschlecht III, sexe, race, nation, humanité*. Paris: Seuil, 2018.

DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996

DERRIDA, Jacques. La loi du genre. In: DERRIDA, Jacques. *Parages*. Paris: Galilée, 1986.

DERRIDA, Jacques. *Passions*. Paris: Galilée, 1993.

GRÜNER, Eduardo. Prólogo. Sobre el estado-bifurcación y otras perplejidades dialogantes. In: BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *¿Quién le canta al estado-nación?*. Traducción de Fermin Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

HERNÁNDEZ, José. *Martin Fierro*. Edición crítica de Érida Lois y Ángel Núñez (coord.). Madrid-Barcelona: ALLCA XX, 2001. (Colección Archivos).

KAMUF, Peggy. Derrida and gender: the other sexual difference. In: COHEN, Tom (ed.). *Jacques Derrida and the humanities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 82-107. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511483134.006>

LARRALDE, José. Allí donde alce mi rabia (parte 1). In: Álbum "Simplemente", 1973.

<sup>17</sup> DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996. p. 105, tradução nossa. Do original: la garde jalouse qu'on monte auprès de sa langue, là même où l'on dénonce les politiques nationalistes de l'idiome (je fais l'un et l'autre).

<sup>18</sup> DERRIDA, Jacques. *Geschlecht III, sexe, race, nation, humanité*. Paris: Seuil, 2018. p. 151.

ORTEGA, Sergio; QUILAPAYÚN. "El pueblo unido jamás será vencido", álbum: *Primer festival internacional de la canción popular*, 1973.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*, por Bernardo Soares. Vol. I. Lisboa: Ática, 1982.

---

### **Jerônimo De Camargo Milone**

*Docteur en philosophie à l'École Normale Supérieure de Paris* (ENS), em Paris, França.

---

### **Endereço para correspondência**

Jerônimo de Camargo Milone  
Ecole Normale Supérieure Paris  
ED-540 École transdisciplinaire Lettres et sciences, 45  
Rue d'Ulm 75005  
Paris, França